



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR**

**OFÍCIO Nº 0054/2026 - PMC/SMG**

Cajamar/SP., 13 de janeiro de 2026.

**Referente: Requerimento nº 335/2025**  
18ª Sessão

**CAMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR**

PROTOCOLO  
22/2026

DATA / HORA  
15/01/2026 14:42:27

USUÁRIO  
120.XXX.XXX-12

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, pelo presente, em atenção ao **Requerimento nº 335/2025**, de autoria do Nobre Vereador Saulo Anderson Rodrigues, **encaminhamos as informações prestadas pela *Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica*, por meio do Memorando nº 0.02/2026 – SMFGE, cópia anexa.**

Sendo o que tínhamos a informar, aproveitamos o ensejo para externar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**KAUÂN BERTO SOUSA SANTOS**  
**Prefeito Municipal**

Excelentíssimo Senhor  
**EDIVILSON LEME MENDES**  
Presidente da Câmara do Município de  
**CAJAMAR – SP**



Documento assinado eletronicamente por **Kauan Berto Sousa Santos, Prefeito**, em 14/01/2026, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



# Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

## GABINETE DO VEREADOR

### REQUERIMENTO Nº 335 / 2025

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Requeiro dentro das normas regimentais desta Casa de Leis e após deliberação do plenário para que o Exmo. Prefeito Sr. Kauan Berto Sousa Santos estude a viabilidade para instituição de Programa de Integração de Câmeras de Segurança ao Sistema da Guarda Civil Municipal (GCM), com a concessão de desconto no IPTU aos proprietários de imóveis que disponibilizarem suas câmeras de segurança para monitoramento compartilhado, nos termos da minuta de Projeto de Lei anexa a este requerimento.

### JUSTIFICATIVA

A segurança pública é prioridade para o nosso município de Cajamar, e a integração de sistemas privados ao videomonitoramento da GCM representa importante avanço na prevenção e repressão de crimes. Diversas cidades brasileiras vêm adotando iniciativas semelhantes, ampliando a cobertura de câmeras, reduzindo índices de criminalidade e fortalecendo a cooperação entre sociedade e poder público.

Diante dos benefícios comprovados, solicita-se que o Executivo avalie a implantação do programa e o envio de Projeto de Lei à Casa Legislativa, conforme minuta apresentada.

Plenário Ver. Waldomiro dos Santos, 14 de novembro de 2025.

ADRIANO BONZÊ DE OLIVEIRA  
VEREADOR

SAULO ANDERSON RODRIGUES  
Vereador

Zilda Gonçalves Carneiro Cintra  
Vereadora

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR**

PROTOCOLO  
3910/2025

DATA / HORA  
14/11/2025 16:46:33

USUÁRIO  
120.XXX.XXX-12

Alexandre Dias Martins  
Vereador

Cleber Candido Silva  
Vereador

Avenida Professor Walter Ribas de Andrade, 555 - CEP 07752-000 - Cajamar - São Paulo

Secretaria Municipal  
de Governo  
02 DEZ 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR  
APROVADO em discussão e votada única  
na 1ª sessão de 14/11/2025  
com 12 votos favoráveis  
e 0 voto contrário  
em 12/20





# *Câmara Municipal de Cajamar*

Estado de São Paulo

## GABINETE DO VEREADOR

MINUTA PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2025

**“Concede desconto no IPTU aos proprietários de imóveis que instalem câmeras de videomonitoramento e as integrem ao sistema da Guarda Civil Municipal de Cajamar, e dá outras providências.”**

**Art. 1º** Fica instituído o “Programa de Integração de Câmeras de Segurança ao Sistema Municipal da GCM de Cajamar”, com o objetivo de ampliar a cobertura de videomonitoramento e fortalecer a segurança pública local.

**Art. 2º** Os proprietários de imóveis residenciais, comerciais ou industriais no Município de Cajamar que instalem câmeras de videomonitoramento com integração ao sistema da Guarda Civil Municipal farão jus a desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

**Art. 3º** O desconto será concedido conforme a quantidade de câmeras integradas e em operação contínua, obedecendo à seguinte escala mínima:

- I. 1 (uma) câmera — desconto de 5% (cinco por cento) do IPTU anual;
- II. 2 (duas) câmeras — desconto de 10% (dez por cento);
- III. 3 (três) câmeras — desconto de 15% (quinze por cento);
- IV. 4 (quatro) câmeras ou mais — desconto de 20% (vinte por cento).

(Observando que os percentuais acima são adaptados conforme o modelo de Limeira. Rápido no Ar+3Diário de Justiça+3cidadaniaemacao.tv.br+3)

**Art. 4º** Para ter direito ao desconto, o interessado deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I. Instalar câmeras de videomonitoramento com qualidade técnica mínima (alta resolução, visão externa das vias e/ou áreas de domínio público) e integrá-las ao sistema da GCM de Cajamar;
- II. Autorizar o compartilhamento de imagens em tempo real ou sob demanda com o Centro de Operações da GCM;
- III. Garantir que as câmeras estejam voltadas predominantemente para vias ou áreas externas públicas ou de uso comum, não invadindo a privacidade de recintos internos ou habitações privadas de terceiros;
- IV. Manter o sistema em funcionamento contínuo durante todo o exercício fiscal;
- V. Armazenar as gravações por, no mínimo, 30 (trinta) dias, para eventual uso em segurança pública e investigação. (Inspiração em Limeira: gravações por ao menos 30 dias. faroldelimeira.com.br+1)
- VI. Submeter-se à vistoria ou auditoria técnica da administração municipal ou da GCM sempre que solicitado.



# *Câmara Municipal de Cajamar*

Estado de São Paulo

## GABINETE DO VEREADOR

**Art. 5º** O desconto será aplicado a partir do exercício fiscal subsequente ao pedido formal do benefício e sua aprovação pela Guarda Civil Municipal e pela Prefeitura Municipal de Cajamar.

**Art. 6º** O benefício terá duração de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por ato do Poder Executivo, conforme critérios definidos em regulamento. (Conforme modelo de Limeira: prazo de dois anos. [cidadaniaemacao.tv.br+1](http://cidadaniaemacao.tv.br+1)) Após esse prazo, caso haja descumprimento dos requisitos ou descontinuidade da integração, o benefício será automaticamente suspenso.

**Art. 7º** Fica o Poder Executivo autorizado a editar regulamento no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, para definir:

- I. Critérios técnicos e mínimos das câmeras e gravações;
- II. Formulário de adesão, prazos, procedimentos administrativos;
- III. Limitação da quantidade máxima de imóveis ou câmeras por região/neighborhood a fim de garantir a proporcionalidade e eficiência;
- IV. Forma de monitoramento, fiscalização e cancelamento do benefício.

**Art. 8º** A concessão do desconto obedecerá a limites orçamentários que serão previstos anualmente pelo Executivo, podendo o benefício ser dispensado ou ajustado conforme disponibilidade financeira municipal.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



15.10.25





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR

CAJAM-SMFGE-Expediente da Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

**Memorando nº 0.02/2026 – SMFGE**

Cajamar, 08 de janeiro de 2026.

**Da:** Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica  
**Para:** Departamento de Apoio Técnico e Legislativo

**Assunto:** Resposta ao Requerimento nº 335/2025 – Desconto no IPTU para Integração de Câmeras de Segurança ao Sistema da GCM

Prezados Senhores,

Em atenção ao Requerimento nº 335/2025, de autoria do Vereador Saulo Anderson Rodrigues, que solicita estudo de viabilidade para a instituição de Programa de Integração de Câmeras de Segurança com concessão de desconto no IPTU, esta Secretaria manifesta-se sob a ótica da gestão fiscal e fazendária.

A análise da viabilidade tributária encontra-se condicionada à manifestação técnica prévia da Secretaria Municipal de Modernização, Tecnologia e Inovação, especialmente quanto à aplicabilidade e aos parâmetros técnicos do Programa Smart Cajamar. Eventual integração de equipamentos particulares deverá, obrigatoriamente, observar os padrões tecnológicos a serem definidos no âmbito do sistema municipal.

Diante disso, o regular prosseguimento da matéria depende de manifestação técnica da Secretaria Municipal de Modernização, Tecnologia e Inovação quanto à viabilidade da integração dos equipamentos, inclusive no que se refere à definição de critérios técnicos, à estimativa de abrangência e ao possível quantitativo de imóveis ou contribuintes alcançados pela medida. Somente após essas definições será possível proceder à avaliação conclusiva do impacto fiscal.

Atenciosamente,

**MICHAEL CAMPOS CUNHA**  
**Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica**



Documento assinado eletronicamente por **Michael Campos Cunha, Secretário Municipal**, em 09/01/2026, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.